



Percepção dos profissionais da patrulha Maria da Penha no Litoral do Paraná sobre a violência contra mulheres

Perceptions of Maria da Penha patrol professionals in the Paraná Coast regarding violence against women

Mirian Gomes de Souza

Mestra em Desenvolvimento Territorial Sustentável
Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Campus Litoral
Endereço: Rua Jaguariaíva, 512, Caiobá, Matinhos – PR, CEP: 83260-000
E-mail: gmmirian@gmail.com

Marcos Cláudio Signorelli

Pós-Doutor em Saúde Coletiva
Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Campus Reitoria
Endereço: Rua XV de Novembro, 1299, Centro, Curitiba – PR, CEP: 80060-000
E-mail: signore@ufpr.br

Clovis Wanzinack

Doutor em Desenvolvimento Regional
Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Campus Litoral
Endereço: Rua Jaguariaíva, 512, Caiobá, Matinhos – PR, CEP: 83260-000
E-mail: wanzinack@ufpr.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo trazer as percepções dos (as) agentes de Segurança Pública, que atuam na Patrulha Maria da Penha, no Litoral do Paraná. A partir de seus relatos, verificar como está sendo realizado o enfrentamento da violência contra a mulher, os desafios diários por eles (as) encontrados (as), assim como compreender a dinâmica de seus trabalhos. A metodologia utilizada é uma pesquisa qualitativa compreensiva, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e sistematizadas pelo software NVIVO. Os resultados se apresentam através das falas dos profissionais entrevistados, sendo que a partir destas visou-se compreender como esses percebem a qualidade dos serviços prestados as mulheres em situação de violência no Litoral do Paraná e, foi a partir desses olhares, que algumas demandas foram levantadas, questões essas que contribuem para o mapeamento de competências e para ações de planejamento voltadas ao desenvolvimento e empoderamento das mulheres vítimas de agressões.

Palavras-chave: violência doméstica, patrulha Maria da Penha, Litoral do Paraná.



ABSTRACT

This research aims to bring the perceptions of Public Security agents who work in the Maria da Penha Patrol, on the coast of Paraná, Brazil. Based on their reports, the objective is to verify how the fight against violence against women is being carried out, the daily challenges they face, as well as to understand the dynamics of their work. The methodology used is a comprehensive qualitative research, and the data was collected through semi-structured interviews and systematized using the NVIVO software. The results are presented through the statements of the interviewed professionals, aiming to understand how they perceive the quality of the services provided to women in situations of violence on the coast of Paraná. It was from these perspectives that some demands were raised, issues that contribute to the mapping of competencies and to planning actions aimed at the development and empowerment of women who are victims of aggression.

Keywords: domestic violence, Maria da Penha patrol, Paraná Coast.

1 INTRODUÇÃO

Os dados referentes à violência doméstica, levantados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), apontam que foram contabilizadas 10.434 medidas protetivas no estado do Paraná no ano de 2018 e, no ano de 2019, 36.799 casos, o que representa aumento de cerca de 250%. Ainda, o relatório cita que, em relação aos casos de feminicídios, o Brasil apresentou, no ano de 2018, um total de 1.229 casos e, no ano de 2019, 1.326 casos. No estado do Paraná, esses números foram de 69 casos em 2018 e 89 casos em 2019, o que corresponde a aproximadamente 28% de aumento. Aponta-se que, no litoral do Paraná, a questão sazonal interfere diretamente no modo de vida das pessoas, principalmente na questão da violência contra as mulheres (Signorelli, 2011).

As políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, como a promulgação da Lei Maria da Penha, n. 11.340/2006, possibilitaram ao gênero feminino um passo na luta contra a violência de gênero. Segundo Minayo (2006, p. 54):

A participação do movimento de mulheres brasileiras, na introdução da violência de gênero na pauta do setor saúde no Brasil, teve uma



expressão fundamental na construção do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), promulgado em 1983.

Seguindo essas premissas de combate à violência, muitos municípios estão instituindo as “Patrulhas Maria da Penha”, que tem em seu cerne o acompanhamento das mulheres em situação de violência. Dentre os sete municípios do Litoral do Paraná, três deles já possuem equipe trabalhando no acompanhamento preventivo das vítimas de violência doméstica. O objetivo desta pesquisa é a análise da percepção dos profissionais da segurança pública, com foco nas “Patrulhas Maria da Penha”, delineando a questão da violência doméstica contra mulheres no litoral do Paraná.

2 METODOLOGIA

Este estudo se apresenta por meio de um desenho metodológico qualitativo-compreensivo, que tem como foco a compreensão da realidade humana. Segundo Minayo (1994, p. 23), “o significado é o conceito geral central de investigação”. Desse modo, foi aplicado, primeiramente, uma entrevista semiestruturada aos profissionais da segurança pública, com 20 questões abertas. A escolha dos participantes para a pesquisa se deu por aqueles que são integrantes da “Patrulha Maria da Penha” dos municípios de Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná, que compõem o litoral paranaense.

Na sequência, o material coletado das entrevistas foi transcrito e inserido no programa “Nvivo”, versão release 1.4.1. Por meio da frequência das palavras encontradas pelo software nas respostas do questionário, foi possível a formulação de uma nuvem de palavras que represente as narrativas dos profissionais entrevistados(as). O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) e está inserido na Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP)¹.

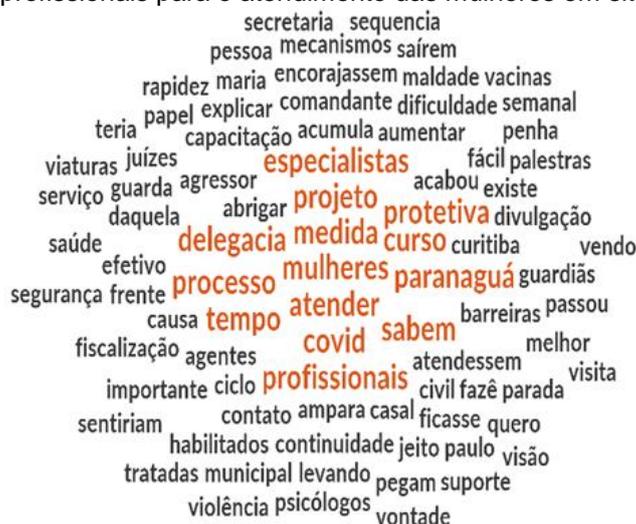
¹ Número CAAE: 37258620.7.0000.0102.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar as narrativas dos profissionais da segurança pública que atuam na “Patrulha Maria da Penha”, por meio do software Nvivo, foi possível verificar a frequência das palavras utilizadas em suas narrativas. Em sua maioria, as falas se convergiam em palavras como: “delegacias”, “especialistas”, “medida protetiva”, “atender”, “projeto”, “curso”, “Paranaguá”, “processo”, “tempo”, “sabem”, “profissionais”, “mulheres” e “Covid”.

Figura 1 – Nuvem de palavras relacionada às sugestões dos profissionais para melhorar a capacitação dos profissionais para o atendimento das mulheres em situação de violência.



Fonte: Software NVivo, compilado pelos autores (2021).

Em relação à figura 1, nas falas sobre as **delegacias**, os relatos se baseiam na importância de uma Delegacia da Mulher no Litoral do Paraná, considerando que o estado é constituído de 399 municípios e somente 21 possuem Delegacia da Mulher (salientando que o litoral não está contemplado entre esses municípios). As respostas também indicam a importância de **especialistas** no atendimento às vítimas, para garantir uma assistência de maior qualidade, como também melhor evolução do **processo** de denúncia da violência e suporte à mulher. Segundo os entrevistados(as), muitas vítimas acabam não dando continuidade nesse processo devido à falta de um atendimento direcionado a cada mulher, que, na maioria das vezes, já passou



por momentos traumáticos e, ainda, precisa ficar contando e recontando seus relatos para profissionais que não possuem qualquer empatia pela vítima.

O litoral do Paraná possui somente um Instituto Médico Legal (IML) na cidade de Paranaguá. Desse modo, quando uma mulher sofre uma agressão e precisa fazer o exame de corpo de delito, é preciso fazer um agendamento. Contudo, segundo relatos, às vezes isso demora dias, até semanas. Quando a vítima vai fazer o exame, o hematoma até já desapareceu, o que também traz maior morosidade no atendimento à vítima.

Outro relato é sobre como se dá o atendimento das vítimas pela “Patrulha Maria da Penha”. Qualquer viatura faz o atendimento quando há uma agressão, mas somente a “Patrulha Maria da Penha” faz o acompanhamento da vítima, ou seja, um trabalho posterior à medida protetiva emitida pelo juiz. Contudo, foi relatado que as visitas às vítimas diminuíram devido à pandemia causada pela covid-19. A alternativa foi realizar monitoramento via telefone ou intervenção caso a vítima chame por descumprimento de medida protetiva.

À medida que a pandemia de corona vírus invade regiões de todo o mundo, a violência doméstica contra as mulheres enfrenta desafios ainda maiores, assim como aumentam as dificuldades de inserção dessas vítimas no mercado de trabalho razão pela qual é fundamental buscar medidas necessárias para evitar que a crise sanitária se torne um grande revés para a segurança e o bem-estar dessas mulheres (Moreira; Lehn; Griebeler, 2021, p. 58).

No contexto pandêmico, é fundamental que haja um engajamento ainda maior de todos os setores envolvidos, visando a manutenção aos atendimentos e ao amparo às vítimas que estão em situação de vulnerabilidade pelo simples fato de serem mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, por meio deste estudo, que há engajamento dos(as) profissionais da Patrulha Maria da Penha na busca de um melhor suporte às mulheres vítimas de violência. A Patrulha faz parte de uma equipe diferenciada, não somente no serviço especializado que desempenham, mas também no que cabe ao exercício de suas funções de apoio e acolhimento às vítimas.



Evidenciou-se uma demanda significativa em alguns pontos essenciais, como: a formação específica dos profissionais; aumento do efetivo, que contribuiria para melhor atendimento; implantação de delegacia especializada para atendimento às vítimas, o que contribuiria para que estas se sintam mais seguras e prossigam com o processo; recursos financeiros que objetivem a compra de viaturas; e uma casa de acolhimento com profissionais especializados em ajudar psicologicamente essas mulheres já sensíveis pelas suas situações, como também os profissionais que trabalham com as vítimas.

Ampliar o atendimento às vítimas de violência doméstica é de suma importância para as mulheres, algo que pode ser feito, por exemplo, por meio das escolas, dos sistemas de saúde, de campanhas educativas via redes sociais e mídias locais, de maneira que todo esse aparato possa contribuir para a diminuição dos casos de violência doméstica.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danielle Müller de; SCHMIDT, Elisabeth Brandão; MONTIEL, Fabiana Celente. Uso do software NVivo como ferramenta auxiliar da organização de informações na análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 19, p. 948-970, dez. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/05/relatorio-2020-15anos-fbsp-digital-v2-final.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2021.

BRASIL. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

_____. **Lei 13.104, de 9 de março de 2015**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Coleção Temas em Saúde.

MOREIRA, Camila Macedo Thomaz; LEHN, Natália; GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. Mulheres, violência doméstica e mercado de trabalho em tempos de pandemia: contínuos desafios. In: SILVA, M. C. de O.; SIQUEIRA, L. F. S. (org.). **Violência doméstica e direitos humanos das mulheres**. 1. ed. São Luís: Editora Expressão Feminista, 2021.

SIGNORELLI, Marcos Claudio. **Mudaram as estações... nada mudou: Profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense**. São Paulo, 2011.